



NOÇÃO DE COMPORTAMENTO E A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA NO AUTISMO: UMA ANÁLISE ACERCA DA POSSIBILIDADE, DA BUSCA E DA CONSTRUÇÃO DA LIBERDADE

NASCIMENTO, Daniele Pacheco do¹

Traga dúvidas e incertezas, doses de ansiedade, construa e desconstrua hipóteses, pois aí reside a base do pensamento científico do novo século. Um século cansado de verdades, mas sedento de caminhos. (WERNECK, C. 2003. p. 121)

RESUMO

Abordaremos criticamente a ideia de um suposto ‘modelo de comportamento’ instituído socialmente como ideal, especialmente considerando-se a dicotomia Inclusão x Exclusão. Partindo da noção trivial de um comportamento desejável, inicialmente a discussão tomará como base a premissa de que as normas de comportamento são estabelecidas culturalmente e socialmente. A problematização aqui proposta faz apelo às considerações de Giorgio Agamben: embora o filósofo trate sobre o estado de exceção mais especificamente, o recorte que será realizado se aplica à exclusão social, como ficará claro. Considerando assim o contexto social vigente, apontaremos que em casos de autismo o indivíduo poderá ter uma vida melhor ao aprender determinadas habilidades, uma vez que está (deveria estar, de fato / precisa estar) inserido em um complexo modelo de sociedade. Após essa problematização, considerando a ciência denominada *Applied Behavior Analysis* (ABA – Análise do Comportamento Aplicada), a investigação permeará a abordagem sobre como, nos casos de autismo, a atuação com ABA, a longo prazo, não enquadra e limita o indivíduo, mas pode, ao contrário, lhe proporcionar liberdade, especialmente no que tange a sua vida prática. Sobre o que tange a aplicação da ABA, não pretendemos aqui explicar seus conceitos básicos, mas expor que por meio dessa é possível melhorias efetivas na vida do indivíduo com TEA, o que engloba a interação social, visando a inclusão. Lembrando que a inclusão envolve sempre um movimento de alteridade, que exige respeito, empenho e reciprocidade entre todos os envolvidos.

Palavras-chave: Análise do Comportamento Aplicada. Autismo. Comportamento. Ética.

¹ Doutoranda em Filosofia (PPGLM/UFRJ), bolsista FAPERJ, Mestra em Filosofia (PPGLM/UFRJ), Professora de Filosofia (UFRJ), Psicomotricista (AVM/UCAM), Psicopedagoga Clínica, Institucional e TGD (FUNIP), Pedagoga (Magistério das séries Iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil – UNESA), Pedagoga (Supervisão Escolar – FIS), Psicanalista em Formação (Corpo Freudiano, núcleo Porto Alegre). Professora de Filosofia (Voluntária) do Pré-Vestibular Social Ação.

1. INTRODUÇÃO

O que é comportamento? Em uma busca rápida na internet, encontraremos como respostas para essa questão, por exemplo, que comportamento é a “1 Ação de comportar-se. 2 Conjunto de atitudes que refletem o meio social. 3 PSICOL Conjunto de reações observadas num indivíduo em seu meio social. 4 Forma de proceder. 5 Qualquer ação ou reação do organismo ou parte dele.” (Dicionário Michaelis²). No Dicionário Caldas Aulete³, diz: comportamento é a “1. Maneira de se comportar, de viver, de agir e reagir etc.; CONDUTA; PROCEDIMENTO (...). 2. Modo de agir, em geral, em relação aos fatores ambientais (...). 3. Conjunto de reações e atitudes do indivíduo diante do meio social, em sua interação com as situações etc. (...). 4. Reação de algo em determinadas circunstâncias (...). 5. Forma pela qual um organismo, ou parte dele, funciona ou reage a estímulo (...)”. Podemos depreender por essas leituras que, de modo geral, a noção de comportamento envolve o nosso modo de agir, envolve ainda fatores ambientais e o nosso meio social. E o que é um modo de agir ideal, considerando os fatores ambientais e o meio social? Isto é, o que é um comportamento ideal? Como pensar na ideia de um comportamento ideal nos casos de pessoas neuro típicas? E em casos como o de pessoas com TEA (Transtorno do Espectro Autista)? Embora essa pesquisa seja direcionada para casos de TEA e para a atuação considerando a ciência denominada ABA, Análise Comportamental Aplicada, visando o trabalho do desenvolvimento de habilidades e mudanças em comportamentos inadequados nos casos de autismo, este trabalho tenciona inicialmente analisar de maneira crítica o que é estabelecido como um comportamento ideal para a sociedade. Essa análise se justifica, porque para falarmos sobre comportamento é preciso haver clareza acerca desse conceito e também clareza sobre o que abarca a ideia de um comportamento reprovável ou de um comportamento ideal. Essa tarefa parece ser singularmente importante para educadoras e educadores e profissionais que atuam em áreas voltadas para a análise e o desenvolvimento de habilidades comportamentais.

² Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=RxW4>. Acesso em: 28/02/2022.

³ Disponível em: <https://www.aulete.com.br/comportamento>. Acesso em: 28/02/2022.

Pensar a noção de comportamento ideal envolve uma análise ética fundamental na prática de quem atua com ABA. Pensar tal noção abarcará também o planejamento sobre a maneira de se realizar um atendimento mais humano e acolhedor às famílias e cuidadores e cuidadoras de pessoas com TEA, uma vez que esses responsáveis muitas vezes chegam aos profissionais que atuarão com esses indivíduos já demarcando tanto as possibilidades como as limitações desses sujeitos, influenciados por padrões de comportamentos, promovendo assim possíveis reduções das potencialidades das pessoas com TEA, em função do olhar do outro. Desse modo, a reflexão crítica sobre a noção de comportamento ideal e a indagação ‘o que é um comportamento desejável?’ estarão presentes, de certo modo, no desenvolvimento de todo esse texto.

Desejamos marcar que é importante situarmos nosso olhar com empatia quando pensamos em comportamentos ideais, afinal muito se comenta, por exemplo, sobre a desestrutura de um indivíduo com TEA, dependendo de suas peculiaridades, ao passar por uma situação inesperada, mas quem de nós neuro típicos não se abala quando situações não esperadas nos atravessam, fazendo com que todo o nosso dia fique comprometido? Nós também nos desestruturamos, o ponto é como nos desestruturamos, uma vez que ‘o como’ pode afetar inclusive a segurança física do indivíduo em certos casos.

É importante logo aqui esclarecer que compreendemos que determinados comportamentos, no caso do TEA – que envolve o cerne desta pesquisa – precisam ser minimizados (ou extintos) até mesmo para que esses indivíduos estejam em condições favoráveis para a aprendizagem ou para agirem mediante as demandas da própria vida prática. Embora, compreenda-se aqui que há exigências complexas acerca da noção de comportamento sobre as quais devemos fazer questionamentos, reconhecemos certamente que há também casos de demandas comportamentais que abarcam questões indispensáveis a serem trabalhadas, visando favorecer, por exemplo, a independência do sujeito em situações primordiais, como as que envolvem o desenvolvimento de habilidades para a execução de determinadas atividades como

tomar banho, escovar os dentes, o desfralde, preparar um alimento, organizar o próprio ambiente, etc.

Embora objetive-se mostrar que é necessário pensarmos sobre a real necessidade de certas demandas instituídas socialmente, há, de fato, demandas que parecem inquestionáveis, pensando o cuidado e a dignidade humana. O que nos leva ao segundo ponto a ser aqui tratado: quando o indivíduo não adquiriu as habilidades necessárias na execução de uma tarefa ou precisa de mudança de um padrão de comportamento indesejado que é dado sistematicamente como resposta, como acontece em muitos casos de TEA (Transtorno do Espectro Autista), defendemos que a ABA (Análise do Comportamento Aplicada) pode ser fundamental, visando algum grau de independência e melhoria de vida do sujeito, pois mesmo em casos em que não se efetive o desenvolvimento das habilidades mais complexas desejadas (“comportamento ideal”), desenvolver habilidades pensando no que é possível, dependendo do caso e nível de TEA, já será um grande diferencial para a vida do sujeito.

2. A COMPLEXIDADE DA PERGUNTA... E DA RESPOSTA: A NOÇÃO DE COMPORTAMENTO IDEAL E DESEJÁVEL E SUAS IMPLICAÇÕES À LUZ DE AGAMBEN

Ouve-se muito falar sobre bons ou maus comportamentos, mas nos cabe refletir: ‘o que é um comportamento ideal?’ Essa parece ser uma indagação simples, mas ao tentarmos esboçar uma resposta, nos damos conta de sua complexidade. A definição de comportamento também é mais complexa do que aparenta ser. Isso, porque qualquer resposta sobre o que seria um comportamento ideal esbarra, por exemplo, na subjetividade permeada pelas circunstâncias, ou ainda pelo contexto social em que se está incluído, etc. Desejamos marcar que dependendo do evento, do local onde se está inserido e da nossa atitude um mesmo comportamento pode ser considerado aceitável ou reprovável. Por exemplo, parece que um comportamento ideal em uma celebração, como uma grande conquista, não é o mesmo comportamento que se espera em um rito de despedida, como um sepultamento – só

que isso dependerá também de onde se esteja, porque há países em que a morte é comemorada sim, com um festim⁴. Dependendo do país, ou da região onde uma pessoa vive determinados costumes são muito comuns enquanto os mesmos costumes são absolutamente intoleráveis em outros países e regiões. Isso vale também para a legislação de cada país: o aborto por exemplo é um ato legal em determinados países, como o México, e um crime em outras nações, como é o caso do Brasil. Esses são breves exemplos de que comportamentos aceitáveis e ideais não são necessariamente sempre considerados como tais, por que isso é contingente. Contingente não apenas para o momento, mas ao longo da própria história muitos comportamentos aceitáveis passaram a ser considerados intoleráveis e inclusive criminosos.

Os comportamentos vão variar de acordo com as circunstâncias, com os lugares onde se está inserido, etc. Comportamentos são construídos e estabelecidos historicamente, socialmente e culturalmente. Ainda assim, socialmente falando espera-se que cada uma e que cada um de nós e todas e todos nós venhamos a agir de uma determinada maneira, considerando determinadas circunstâncias. Desde antes mesmo do nosso nascimento o primeiro grupo social do qual faremos parte, isto é, nossa família, já cria uma demanda de perspectivas sobre nós: nem mesmo nascemos e já aguardam que nossas ações sigam determinados padrões estipulados social e culturalmente.

Será que precisamos seguir o que uma parcela da sociedade determina? Esse questionamento é pertinente, considerando que o que é esperado em um grupo social é repudiado por outro, como já mencionado. O repúdio, no entanto, nos leva ao tema da exclusão, nos colocando outra problematização importante: o que – ou quem –

⁴ Segundo matéria de HZ, de Gustavo Cheluje: “‘Há uma crença no Japão de que a morte não representa tristeza. É vista apenas como passagem espiritual, tanto que familiares dos falecidos preparam banquetes. A questão do recolhimento das cinzas é um momento especial. Normalmente, o morto deixa um pedido indicando onde deseja que seus restos sejam colocados. Muitos preferem colocar as cinzas em um altar, nas suas casas, ao lado da família. Tudo para que a pessoa fique presente mais tempo entre eles”, explica Antonio Nokai, vice-presidente da Associação Nikkei de Vitória.” Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/hz/cultura/mexico-japao-india-e-indonesia-como-a-morte-e-vista-nos-outros-paises-1121>. Acessado em 03/04/2022.

determina quem são os excluídos ou quem está incluído num grupo social? Quais as implicações para o sujeito ao pensarmos a dicotomia inclusão x exclusão?

Se no senso comum a definição de comportamento é problemática e em muitos casos o consenso sobre um comportamento ideal é questionável, o significado à luz de um dos maiores intelectuais que pensam a respeito também é expressamente considerado como obscuro. A definição de comportamento parece tão demasiadamente complexa, a ponto de Skinner, um dos precursores do behaviorismo, afirmar que:

O comportamento é uma matéria difícil, não porque seja inacessível, mas porque é extremamente complexo. Desde que é um processo, e não uma coisa, não pode ser facilmente imobilizado para observação. É mutável, fluido e evanescente, e, por esta razão, faz grandes exigências técnicas da engenhosidade e energia do cientista. Contudo, não há nada essencialmente insolúvel nos problemas que surgem deste fato. (SKINNER, 2003, p. 16)

Definir e compreender a noção de comportamento não é fácil, definir e compreender a ideia de um comportamento ideal se torna ainda mais difícil. A ideia de um comportamento ideal muda historicamente, ao longo do tempo, muda também de acordo com questões geográficas, culturais, etc. Como disse Skinner, comportamento não é algo engessado, é algo fluido, mutável, um processo e não um fim em si mesmo. Um comportamento não envolve um único momento de ação, ou seja, ele envolve antecedentes que muitas das vezes carregam consigo uma série de significados. Ainda assim, a sociedade sempre espera que as pessoas ajam de uma determinada maneira, como se todos fossemos iguais e como se as questões nos atravessassem do mesmo modo. O ponto é que quando a pessoa se distancia, de algum modo, do padrão de comportamento esperado, isso pode lhe gerar algumas barreiras, dentre elas a exclusão.

Para falarmos sobre a exclusão, tomaremos o pensamento Giorgio Agamben, filósofo italiano, que trata, dentre outros assuntos, sobre o estado de exceção. Tendo ciência da distinção que existe entre a noção de estado de exceção e exclusão social, mas também cientes de que ambos os conceitos abarcam a noção de retirada, de corte, de uma certa suspensão de alguém em relação aos que “fazem parte”, aos que estão inseridos, buscamos fazer uma analogia tendo em vista o modo como Agamben

fala sobre o problema do estado de exceção com a questão que buscamos apontar que é a exclusão social. Agamben diz que a Exceção é um modo de exclusão, em suas palavras:

A exceção é uma espécie de exclusão. Ela é um caso singular, que é excluído da norma geral. Mas o que caracteriza propriamente a exceção é que aquilo que é excluído não está, por causa disto, absolutamente fora de relação com a norma; ao contrário, está se mantendo em relação com aquela na forma da suspensão. *A norma se aplica à exceção desapplicando-se, retirando-se desta.* O estado de exceção não é, portanto, o caos que precede a ordem, mas a situação que resulta da sua suspensão. Neste sentido, a exceção é verdadeiramente, segundo o étimo, *capturada fora (ex-capere)* e não simplesmente excluída (AGAMBEN, 2007, p. 25).

No caso da exceção, o problema não está apenas relacionado à regra, mas sim à sua zona de indistinção. Agamben busca mostrar essa zona de indiscernibilidade sobre a qual pretendemos nos ater: há uma zona de indiscernibilidade, nesses casos, da exceção, considerando os mais diversos aspectos da sociedade como, por exemplo, o que tange a Linguagem e o que envolve o Direito, isto é, tanto do ponto de vista da Linguagem como do ponto de vista do Direito, por exemplo, temos dois conceitos opostos que se fundem no que tange à exceção: estar inserido x estar excluído / fazer parte x estar à margem, por exemplo.

Há claramente muitas dificuldades em apontar com exatidão essas zonas, porque os lugares/conceitos se pressupõem: para que alguém seja excluído é preciso estar também naquele meio, de certo modo. O problema aqui envolvido é que mesmo sendo excluído, o excluído se faz presente para que se possa dizer que ele se mantém nesse *status quo*, só que estando presente no meio, na esfera, na situação, encontra-se também suprimido.

Uma das análises feitas por Agamben sobre a questão da exceção é no sentido de uma verificação acerca de qual seria este lugar: qual seria o lugar disso que é o estado de exceção, uma vez que a exceção é aquilo que acaba criando uma situação exatamente para que a norma venha emergir. Usaremos o Brasil e ser brasileiro como exemplo: a exceção envolve alguém ser parte de x (do Brasil, logo ser brasileiro), mas ter deixado de ser parte x (do Brasil, logo ser brasileiro), porque a condição necessária para ser parte de x (do Brasil) não existe mais, uma vez que x (o Brasil) perde sua

condição de existente, embora esse lugar, o lugar x (o Brasil), não tenha deixado de existir (geograficamente). A propriedade de ser x por ser parte de x (ser brasileiro por ser parte do Brasil: ter nascido no Brasil, ser cidadão brasileiro) desse indivíduo passa a, estranhamente, não mais existir quando vem à tona um estado de exceção. Desse modo acontece o estranho paradoxo de que o indivíduo deixa de ser, mas sendo, perdendo assim uma de suas principais propriedades, considerando o âmbito do Direito (deixar de ser brasileiro, no caso de um estado de exceção).

Faz parte da norma que cada uma e cada um de nós sejamos parte de algum lugar que configura, junto de outras propriedades, o que nós somos. No caso da exclusão social podemos pensar sobre o que é que a norma estabelece, propiciando a condição de alguém ser excluído: estabelece-se um modo y de estar inserido em um contexto, mas quem determina se esse modo y é efetivado na coletividade? Quem garante, por exemplo, que os inseridos socialmente falam de acordo com um modo estabelecido? Que andam mais (ou menos) de acordo com o que foi normatizado? Os inseridos agem sempre com o que está instituído na norma?

Existe assim um contexto onde há um modo y de ser que é determinado socialmente, mas sem que se tenham medidas para conferir a y se y é y ou y' , ou y'' , porque essas marcas que nos diferenciam são o que fundamentam a nossa subjetividade. Se trocarmos y para uma característica como ser careca: qual número de cabelos uma pessoa precisa ter para ser considerada como tal? Isso é absolutamente subjetivo e acaba sendo determinado pela sociedade em que se está inserido. Existe uma demarcação imaginária sobre a qual não temos acesso quando se trata dessas determinações.

O fato é que mesmo com suas claras distinções, tanto a exceção como a exclusão envolvem uma certa demarcação de um limite, uma determinada demarcação de um lugar, e nessa demarcação há ali o aparecimento da norma que 'válida' ainda mais o que está à margem dela. Só que precisamos nos questionar sobre quais são e quem estipula as determinações destes lugares (incluído x excluído / ser parte x estar à margem)?

Definitivamente estamos falando de um lugar que sempre se refere ao lugar de cada coisa. Certamente este lugar permite que as coisas sejam e estejam, mas qual o estatuto para ser e estar como parte integrante, de fato, neste lugar, uma vez que ele é relativo? Relativo, é importante mencionar, no sentido de que se pensarmos em um círculo onde o interior são os incluídos, o que é aquilo que limitará, que delimitará o âmbito da borda? A borda são os excluídos ou são os incluídos? Há outra categoria no que âmbito do que bordeja? O que a borda representa?

Consideramos importante abordar essa problematização especialmente porque fala-se muito, por exemplo, no trabalho com TEA, como já mencionado brevemente, sobre o modo desregulado como o aluno ou o paciente chega em alguns momentos, seja pela dificuldade em aceitar determinados barulhos, ou de estar diante de determinadas cores, ou porque algo fugiu do esperado, ou mesmo pelo desconforto em relação a algo ou a alguém, por exemplo, como se a pessoa com TEA precisasse adaptar-se a tudo. Mas e nós, professores e profissionais atuantes com TEA, estamos sempre adaptados e regulados? Nós nos obrigamos a adaptarmos com barulhos dos quais não gostamos e cores das quais não nos agradamos? Será que passamos por cima dos nossos sentimentos com tranquilidade visando uma adaptação a alguém ou a alguma coisa que nos desagrada?

Pode ser que esses nossos sentimentos de desconforto tenham passado por certa regularização – as vezes maior (ou menor) – entendida como satisfatória de acordo com a nossa vivência social e considerando as circunstâncias dos nossos momentos, mas será que conseguimos sempre nos regular com tanta aptidão, habilidade e tranquilidade? As vezes passamos semanas ou anos para adaptarmos quanto a um evento inesperado em nossas vidas. É um fato, entretanto, que geralmente nos regularmos e que isso é importante, pelo nosso bem estar e porque vivemos em sociedade.

Nos casos do TEA a busca pelo desenvolvimento de habilidades e regulação do indivíduo é fundamental, considerando inclusive a prevenção da saúde e bem estar dessas pessoas. É essencial, no entanto, refletirmos sobre as normas enrijecidas sobre as quais desejamos muitas vezes que o outro viva, especialmente em casos de

TEA, porque se, de fato, é importante conseguir se regular, é questionável, porém, por exemplo, se uma pessoa precisa realmente, obrigatoriamente, se adaptar a estar em um ambiente demasiadamente cheio ou barulhento se isso lhe incomoda, ou se é preciso adaptar-se a uma determinada cor que lhe causa desconforto.

Embora adquirir determinadas habilidades seja fundamental para uma vida melhor, especialmente em casos de TEA, e a ABA possa colaborar nesse sentido, Bosa faz uma colocação bastante prudente a respeito da empatia, que se encaixa perfeitamente nesse contexto, a saber, que

[s]e a definição de autismo passa pela dificuldade de se colocar no ponto de vista afetivo do outro (um comprometimento da capacidade empática, como diz Gillberg, 1990) é, no mínimo curioso, pertencer a uma sociedade em que raros são os espaços na rua para cadeiras de roda, poucas são as cadeiras escolares destinadas aos “canhotos” e bibliotecas equipadas para quem não pode usar os olhos para ler. Torna-se então difícil identificar quem é ou não “autista”. (BOSA. In: BAPTISTA; BOSA, 2002:37).

É preciso que possamos trabalhar a nossa habilidade da empatia para que seja possível, de fato, uma sociedade mais respeitosa e verdadeiramente inclusiva. Pensando exatamente nas demandas da inclusão, entendemos que determinados comportamentos e habilidades podem – e devem – ser trabalhadas num indivíduo para que ele possa viver melhor consigo mesmo e em sociedade. A ABA pode colaborar nesse sentido.

3. ANÁLISE COMPORTAMENTAL APLICADA

É importante ressaltar que o objetivo aqui não é abordar os conceitos da ABA. O objetivo é versar sobre a noção de comportamento e sobre a importância da ABA para o desenvolvimento de habilidades e o trabalho visando a mudança de comportamentos indesejáveis em casos de TEA.

É importante destacar que a ABA (Applied Behavior Analysis) não é um método. A Análise Comportamental Aplicada é uma ciência cuja base, como o nome já diz, é o behaviorismo. Conforme Abreu-Rodrigues e Ribeiro:

A Análise do Comportamento é uma ciência do comportamento fundamentada na filosofia do Behaviorismo Radical e que tem como objeto de estudo a interação do indivíduo com o ambiente. Skinner repetidas vezes afirmou que o comportamento humano é um campo de estudo delicado. Delicado no sentido de que há controvérsia sobre qual seria a melhor forma de estudá-lo. Delicado também no sentido de que é multiplamente determinado e que, portanto, consiste em um evento bastante complexo. (ABREU-RODRIGUES & RIBEIRO, 2007, p. 11)

O trabalho realizado com ABA resulta em uma terapia sistemática em que o foco está no comportamento do indivíduo. Visa exatamente modificar determinados comportamentos e desenvolver determinadas habilidades, usando a aprendizagem como base. Conforme Lear, “Análise do Comportamento Aplicada (Applied Behavior Analysis; abreviando: ABA) é um termo advindo do campo científico do Behaviorismo, que observa, analisa e explica a associação entre o ambiente, o comportamento humano e a aprendizagem.” (LEAR, 2004, p. 1 – 4).

O trabalhado com a Análise Comportamental Aplicada visa a práxis e, nesse sentido, visa melhorias na vida do indivíduo e também na vida de quem está a sua volta. É evidente que, por exemplo, uma criança com TEA que não sabe escovar os dentes, ou que tem problemas no desfralde, se beneficiará aprendendo essas habilidades, mas não apenas a criança que ao longo do tempo estará crescida, seus cuidadores e familiares também se beneficiarão com isso.

A análise de comportamento é definida como uma disciplina pragmática (Moxley, 2001; Baum, 1994), o que significa dizer que tanto a ciência como a tecnologia da análise do comportamento têm como critério de verdade de um conceito a utilidade daquele conceito. (LATTAL, K. A. In: ABREU-RODRIGUES & RIBEIRO, 2007, p. 17).

A pergunta sobre como fazer com que alguém aja de modo que seja beneficiado com seu próprio comportamento está sempre na práxis da Análise Comportamental Aplicada. Consideramos, nesse contexto, como comportamento, o que o indivíduo fala e diz (LEAR, 2004, 2 – 1) sendo que essas ações, no que diz respeito a ABA, estão sempre no âmbito daquelas ações que podem ser observadas e mensuradas. Este último ponto é imprescindível, considerando a noção de comportamento a se trabalhar com a ABA: as ações precisam ser observáveis e

mensuráveis. É importante destacar esse ponto, porque pensar, por exemplo é um comportamento, mas não um comportamento observável e que possa ser mensurado. O pensamento de alguém, enquanto mero pensamento, só pode ser acessado por quem o pensa, logo não pode ser observável e mensurável. Na ABA o comportamento precisa ser obrigatoriamente observável e mensurável, pois ele precisa ser analisado, registrado, trabalhado. Segundo Lear,

[u]ma vez que um comportamento é analisado, um plano de ação pode ser implementado para modificar aquele comportamento. O Behaviorismo concentra-se na análise objetiva do comportamento observável e mensurável em oposição, por exemplo, à abordagem psicanalítica, que assume que muito do nosso comportamento deve-se a processos inconscientes. (LEAR, 2004, p. 1 – 4).

Ser observável quer dizer que o comportamento pode ser alvo de registros, e esse é um ponto de extrema relevância, porque na Análise Comportamental Aplicada tudo deve ser sistematicamente registrado, desde o ambiente, ao comportamento do indivíduo, como as atividades realizadas, os avanços, os regressos, enfim, tudo deve ser registrado, de modo que o trabalho aplicado para aquele comportamento possa ser mensurado, isto é, possa ser contado.

Há dois tipos de comportamentos a serem considerados em ABA: o respondente. Esse tipo de comportamento envolve respostas reflexos, ou seja, é um tipo de comportamento que acontece de maneira automática, como quando alguém ao cortar uma cebola, tende a sentir os olhos lacrimejarem. Essa é uma resposta mecânica dos olhos ao estímulo do ambiente que no caso é cortar a cebola. Outro exemplo: quando uma pessoa que tem medo de cachorros se depara com um grande cão na rua. Provavelmente essa pessoa ficará paralisada ou vai tentar fugir, por medo. Há aqui uma automatização na resposta, pois trata-se de um reflexo.

O outro tipo de comportamento é o operante. Nesse caso, a resposta é determinada considerando as consequências, de modo que o comportamento do indivíduo será modificado considerando as consequências. Há três momentos a serem pensados tanto no caso do comportamento respondente como no caso do

operante: o antecedente, a resposta e a consequência. Só que no caso do operante as consequências vão fazer toda a diferença.

Isso acontece no caso da vida diária de cada uma e cada um de nós: se uma pessoa estuda para a realização de suas provas e tira uma boa nota se sentirá motivada a continuar a estudar para fazer suas provas. Se a pessoa mesmo estudando não tem bons resultados a tendência é que se sinta desmotivada para continuar a estudar. Se uma pessoa querida sempre aceita nosso convite para tomar sorvete conosco, provavelmente continuaremos a fazer o convite para tomarmos sorvete, mas caso a pessoa não aceite mais em algum momento o nosso apelo, provavelmente vamos diminuir a periodicidade do chamamento, até que não a convidaremos mais. A nossa reação, ou seja, o nosso comportamento se modifica em função da consequência, porque nesses casos estamos diante de uma situação cuja nossa reação pode ser regulada de alguma maneira por nós. Isto é, a consequência não se trata de um reflexo. Desse modo, quando a ABA é aplicada nos casos de birra ou de comportamentos inadequados (ou mesmo quando desejamos ensinar alguma habilidade) a consequência é planejada visando alcançar o objetivo que se espera. Conforme Moreira e Medeiros,

[s]e o comportamento é controlado por suas consequências, isso dá duas possibilidades extremamente úteis para os psicólogos: (a) podemos entender o que leva as pessoas a fazerem o que fazem, isto é, a função de seus comportamentos; a partir da análise das consequências de seus comportamentos; e (b) se os comportamentos das pessoas e também de animais não humanos são controlados por suas consequências, isso significa que podemos, quando e se necessário, modificá-los por meio da alteração de suas consequências. Essa é a essência da abordagem psicológica Análise do Comportamento, cujo determinismo do comportamento se baseia no modelo de seleção por consequências (...). (MOREIRA & MEDEIROS, 2019, p. 50)

Os reforçadores, isto é, as consequências, vão ser responsáveis pela diminuição ou aumento do comportamento seja ele um comportamento esperado ou um comportamento inadequado. Esse ponto é importante, porque após o trabalho realizado com ABA, quando o indivíduo passar a agir de um modo desejado, o reforçador será ainda importante para que a pessoa continue agindo da maneira

esperada. Afinal, vimos as consequências na ausência do reforçador “aceitar o convite” dado no exemplo da pessoa querida que tomava sorvete conosco, no exemplo dado acima, bem como todas e todos nós conhecemos os nossos sentimentos ao não irmos bem em uma prova mesmo depois de termos estudado muito para a mesma.

Embora os reforçadores, enquanto consequências, sejam importantes como estímulos, e o antecedente seja essencial enquanto pensado também como estímulo, isto é, embora ambos devam ser considerados no processo, será a consequência o fator determinante para o comportamento permanecer ou ser extinto. Se o comportamento permanecerá ou será extinto, no entanto, vai depender bastante da ação de quem está lidando com a pessoa em questão. Por exemplo, se uma criança é chamada por sua mãe para fazer o dever de casa (antecedente), caso a criança responda aos gritos, fazendo birra (comportamento) e sua mãe desista de colocá-la para fazer o trabalho, esse será um reforçador positivo (desistência da mãe) do ponto de vista da criança (ela sabe que se gritar, se fizer birra, conseguirá o que quer: não fazer sua tarefa escolar). Já para a mãe será um reforçador negativo (o desconforto da mãe em lidar com a birra – que foi percebido pela criança – propiciará a recorrência desse comportamento (birra), objetivando com que a mãe sempre ceda, abrindo mão da realização da tarefa. Esse proceder promoverá o aumento da demanda de birra, por parte da criança, com as quais a mãe terá de lidar. Assim, mãe sempre terá insucesso sobre as demandas que determinará para a criança. A atuação com os registros necessários da ABA poderá colaborar tanto para a ação de profissionais como de familiares em casos como esse, visando a compreensão acerca dos momentos exatos em que determinados comportamentos se apresentam.

É importante ressaltar que há a possibilidade de que a ABA seja aplicada por duas vias: 1) pela via do Ensino por Tentativas Discretas (DTT)⁵, em uma proposta mais precisamente estruturada por quem fará a intervenção (o aplicador). Conforme

⁵ Conforme Almeida e Martone “[u]ma modalidade de ensino estruturado amplamente estudada é o Ensino por Tentativas Discretas, do inglês, *Discrete Trial Training* – DTT (GUTIERREZ et al., 2009; LOVAAS 1987; LERMAN; VALENTINO; LEBLANC, 2016)”. (ALMEIDA, C. G. M.de; MARTONE, M. C. C. In: SELLA, A. C.; RIBEIRO, D. M. (Orgs), 2018, P. 186).

nos explica Almeida e Martone, o Ensino por Tentativas Discretas é “[u]ma modalidade de ensino estruturado”. (ALMEIDA, C. G. M.de; MARTONE, M. C. C. In: SELLA, A. C.; RIBEIRO, D. M. (Orgs), 2018, P. 186). Nessa modalidade temos “um modo de ensino eficaz” que envolve “estruturar o ambiente com instruções simples e com destaque para as propriedades que são essenciais para o cumprimento bem-sucedido da tarefa.” (ALMEIDA, C. G. M.de; MARTONE, M. C. C. In: SELLA, A. C.; RIBEIRO, D. M. (Orgs), 2018, P. 186). No contexto do Ensino por Tentativas Discretas, entretanto, Souza nos alerta que,

[e]mbora comprovadamente eficiente, o Ensino por Tentativas Discretas (DTT), (...) é apenas mais um procedimento de ensino dentro do arcabouço de procedimentos possíveis na Análise do Comportamento Aplicada (ABA). O contexto altamente estruturado característico do DTT pode fracassar na promoção de espontaneidade e generalização do repertório adquirido em ambiente de terapia. Diante disso, crianças podem falhar na exibição dos repertórios em desenvolvimento quando solicitadas por outras pessoas do seu convívio, em outros ambientes ou se tornar dependentes de dicas (FENSKE; KRANTZ; MCCLANNAHAN, 2001). (SOUZA, A. C. In: SELLA, A. C.; RIBEIRO, D. M. (Orgs), 2018, p. 200)

2) A outra via para a aplicação da ABA se chama naturalística, onde a Análise Aplicada do Comportamento se dará considerando a liderança da criança (ou de quem passará pela intervenção em ABA). Conforme Souza, nesse caso de intervenção, isto é,

[q]uando se utilizam estratégias de ensino naturalísticas, é o interesse da criança que vai primordialmente direcionar a intervenção do terapeuta (DUFECK; SCHREIBMAN, 2014; SCHREIBMAN et al., 2015). Isso garante que ela estará motivada para emitir as respostas-alvo da intervenção. Variar tentativas intercalando habilidades já dominadas pela criança com habilidades que estão em desenvolvimento também é uma estratégia motivacional, pois mantém a densidade de reforçamento durante a intervenção e a criança se mantém respondendo (LEBLANC et al., 2006). É importante fazer uma avaliação de preferência (DE LEON; IWATA, 1996) para que esses itens sejam variados durante a sessão. (SOUZA, A. C. In: SELLA, A. C.; RIBEIRO, D. M. (Orgs), 2018, p. 203)

Vale ressaltar, que embora nesses casos o terapeuta siga a liderança da criança, o aplicador da ABA pode preparar o ambiente antes do começo de sua atuação⁶, visando que o indivíduo faça uma escolha para o encontro em questão com

⁶ LACERDA, Lucelmo. Existe ABA Naturalístico (ou naturalista) para Autismo? In: https://www.youtube.com/watch?v=rD_aKaRNVTg. Acesso em 24/02/2022.

a qual seja possível atuar colocando em prática o plano de trabalho terapêutico planejado para o indivíduo. Caso a pessoa escolha algo diferente do que imaginávamos, deve-se buscar um modo de trabalhar o que já estava planejado com o que foi escolhido por ela. Um outro ponto importante é que o reforçador aqui “é natural da tarefa⁷”, no caso, brincar com algo que foi escolhido pelo indivíduo⁸, por exemplo.

Em qualquer um dos casos, seja no caso do ABA estruturado, pela via do Ensino por Tentativas Discretas, ou do ABA naturalístico, tudo deve ser rigorosamente anotado e avaliado: desde as demandas trazidas pelos familiares, o modo como se atuará (sempre considerando os critérios científicos), as respostas obtidas, o que precisa ser modificado ou permanecer como base nas respostas e também os novos planejamentos. Tudo precisa ser rigorosamente registrado.

Exatamente por todo esse rigor a ABA vem trazendo resultados comprovados na melhora de comportamentos inadequados e desenvolvimento de habilidades no caso do autismo. Conforme Moreira e Medeiros, “intervenções baseadas nessa abordagem [ABA] estão entre os tratamentos mais estudados e com mais evidências de eficácia para o autismo.” (MOREIRA & MEDEIROS, 2019, p. 212)

3. CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

Esse trabalho buscou apresentar uma análise crítica acerca da noção de comportamento. Essa análise é importante considerando o ponto de vista ético profissional e social, afinal lutamos pela inclusão social e assim, precisamos rever certas questões. Muito mais importante que uma pessoa precisar se adaptar para estar em um lugar cheio que lhe causa desconforto, ou precisar se adaptar para estar em meio a um barulho que lhe incomoda, por exemplo, será repensarmos nosso

⁷ LACERDA, Lucelmo. Existe ABA Naturalístico (ou naturalista) para Autismo? In: https://www.youtube.com/watch?v=rD_aKaRNVTg. Acesso em 24/02/2022.

⁸ LACERDA, Lucelmo. Existe ABA Naturalístico (ou naturalista) para Autismo? In: https://www.youtube.com/watch?v=rD_aKaRNVTg. Acesso em 24/02/2022.

modelo de sociedade. Que nós todas e nós todos possamos nos rever enquanto sociedade, possamos rever tantas demandas que surgem com atitudes que poderiam ser evitadas como, por exemplo, queimas de fogos que fazem com que muitos indivíduos com TEA se sintam desesperados, que profissionais da educação busquem conhecimento para incluir de fato quem tem o TEA e todas as outras pessoas que devem estar na escola, que possamos ter espaços para cadeirantes, que possamos cada vez mais incluir Libras e tecnologias assistivas em nossas vidas, etc. Que possamos ver o outro como Outro. Precisamos rever nossas atitudes no seio da coletividade, porque incluir não é simplesmente fazer o outro se adaptar, mas nos adaptarmos uns aos outros.

Buscamos mostrar aqui que realmente há comportamentos que podem – e devem – ser trabalhados nos casos de TEA, visando o bem estar e a saúde do indivíduo, como também para que se sintam incluídos, considerando esse nosso modelo – ainda tão excludente – de sociedade.

Nosso intuito não era abordar os conceitos fundamentais, nem as dimensões da ABA, nem demonstrar algum caso em que a ABA, ao ser aplicada, trouxe melhorias à vida de alguém. Como mostrado, a ABA é uma ciência que comprovadamente traz eficácia para indivíduos com TEA e exatamente por esse motivo vem sendo tão amplamente procurada.

Nosso intuito é mostrar que a ABA é eficaz e importante para indivíduos com TEA, mas abordando a necessidade de reflexão para que seja possível viver em uma sociedade mais inclusiva, para que indivíduos com TEA, e tantas outras pessoas com demandas diversas, não precisem buscar se adequar com tamanha intensidade: que possamos ter escolas menos conteudistas, escolas com profissionais efetivamente capacitados para incluir; que tenhamos uma sociedade mais acolhedora e com espaços de acolhimento e respeito, para que quando um indivíduo com TEA saia para um passeio com suas famílias não se deparem com pessoas os observando e comentando sobre algumas de suas estereotípias, por exemplo. Que sejamos capazes de pensar sobre o sentido genuíno de incluir.

É claro que aprender determinadas habilidades e saber se controlar e conseguir generalizar determinadas situações visando até mesmo a própria segurança e a dos outros é essencial. Nosso ponto é que há demandas que muitas vezes são exigidas como um padrão, em função de um movimento social excludente. Um movimento de uma sociedade com pouca – ou nenhuma – empatia, como mencionamos acima, e que precisa se reavaliar em vistas de se remodelar e ser um pouco melhor, mais justa e verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU-RODRIGUES, J.; RIBEIRO, M. R. (organizadoras). **Análise do comportamento** [recurso eletrônico]: pesquisa, teoria e aplicação. Josele Abreu-Rodrigues, Michela Rodrigues Ribeiro (organizadoras). Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007 (2ª reimpressão).

BAPTISTA, C. R.; BOSA, C. (Orgs.). **Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção**. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

CHELUJE, G. HZ. México, Japão, Índia e Indonésia: como a morte é vista nos outros países?

Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/hz/cultura/mexico-japao-india-e-indonesia-como-a-morte-e-vista-nos-outros-paises-1121>. Acesso em 03/04/2022.

FRANCALANCI, Carla. **Aulas da disciplina Ética IV**. Oferecida pelo curso de Filosofia. UFRJ: IFCS. Rio de Janeiro, 2019.1.

LEAR, K. **Ajude-nos a aprender: um Programa de Treinamento em ABA (Análise do Comportamento Aplicada) em ritmo auto-estabelecido**. Parte I. Toronto, Ontario – Canada, 2a edição, 2004. Tradução: Margarida Hofmann Windholz, Marialice de Castro Vatauvuk, Inês de Souza Dias, Argemiro de Paula Garcia Filho, Ana Villela Esmeraldo. Comunidade Virtual Autismo no Brasil. Distribuição Interna. Disponível em: <http://www.autismo.psicologiaeciencia.com.br/wp-content/uploads/2012/07/Autismo-ajude-nos-a-aprender.pdf>. Acesso em: 01/03/2022.

MOREIRA, M. B.; MEDEIROS, C. A. de. **Princípios básicos de análise do comportamento** [recurso eletrônico] / Márcio Borges Moreira, Carlos Augusto de Medeiros. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019. e-PUB.

SELLA, A. C.; RIBEIRO, D. M. (Orgs). **Análise do comportamento aplicada ao transtorno do espectro autista** / Ana Carolina Sella, Daniela Mendonça Ribeiro (Organizadoras). 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

SKINNER, B. F. (1904-1990). **Ciência e Comportamento Humano**. Tradução João Carlos Todorov, Rodolfo Azzi. 11^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção biblioteca universal).

WERNECK, C. In: FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Outras Referências

LACERDA, Lucelmo. Existe ABA Naturalístico (ou Naturalista) para Autismo? In: https://www.youtube.com/watch?v=rD_aKaRNVTg. Acesso em 24/02/2022.